



MUNICÍPIO DE AVEIRO
Assembleia Municipal

ACTA N.º 43

Sessão Ordinária Abril

Reunião em 17/06/2020

Aos dezassete dias do mês de Junho do ano dois mil e vinte, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, no Grande Auditório do Centro de Congressos de Aveiro, em Aveiro, presidida pela Primeira Secretária Maria Arminda Rodrigues Sousa Correia, na qualidade de Presidente da Mesa, pela Segunda Secretária Daniela Marisa Pereira de Magalhães, na qualidade de Primeira Secretária, e pelo Vogal Francisco José da Silva Ferreira, na qualidade de Segundo Secretário, e com a presença dos Vogais, Joana Filipa Ramos Lopes, Filipe Nuno Pereira Fernandes Tomaz, Manuel José Prior Pedreira das Neves, Casimiro Simões Calafate, Maria da Glória Oliveira Gomes Neto Leite, Maria Cristina Macedo da Costa Veiga, Debora Eunice da Silveira Lopes, Nelson Alexandre Dias dos Santos, Ângela Maria Bento Rodrigues Nunes Saraiva de Almeida, Firmino Marques Ferreira, Nuno Frederico Miranda Leite, Victor Manuel Marques de Oliveira, Fernando Tavares Marques, Jorge Manuel Henriques de Medeiros Greno, Maria Inês Sequeira de Bastos Abreu, Carlos Mário Magalhães Anileiro, Ana Cláudia Pinto Oliveira, Miguel António Costa da Silva, Jorge Miguel da Rocha Gonçalves, Carlos Francisco da Cunha Picado, Ana Maria Pinho de Seça Neves Ferreira, Nuno Manuel Marques Pereira, Sílvia Saraiva Carvalho Martins, Pedro Machado Pires da Rosa, Fernando Manuel Martins Nogueira, Sara Sandra Resende Tavares, António Augusto Cruz de Aguiar, Manuel Vieira dos Santos, Andreia Patricia Pereira da Fonseca, Rita Alexandra Monteiro Batista, e Filipe Seça Neves Barbado Guerra.⁰⁰²

Pelas 20:30 horas, A Presidente da Mesa em exercício, declarou aberta a reunião.

Nesta reunião da sessão faltaram o Presidente da Assembleia Municipal Luís Manuel Souto de Miranda e os deputados Raúl Ventura Martins e Rui Carlos Medeiros Alvarenga.

Por parte da Câmara Municipal estavam presentes, o Presidente da Câmara José Agostinho Ribau Esteves, o Vice-Presidente Jorge Manuel Mengo Ratola, e os Vereadores Ana Rita Félix de Carvalho, João Filipe Andrade Machado, Maria do Rosário Lopes Carvalho, Manuel Oliveira de Sousa, e João Francisco Carvalho de Sousa.

Faltaram nesta reunião da Sessão os Vereadores Luís Miguel Capão Filipe e Joana Fonseca Valente.

Seguidamente, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, a Presidente da Mesa deu conhecimento ao plenário da substituição nesta reunião dos vogais, João Carlos Jerónimo Monteiro de Barros, Fernando Sérgio Ferreira Carvalhal, Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, Marília Fernanda Correia Martins, e Virgínia Maria Melo Matos, pelos sucedâneos nas listas de candidatura, respectivamente, Maria Cristina Macedo da Costa Veiga, Ana Cláudia Pinto Oliveira, Jorge Miguel da Rocha Gonçalves, Sílvia Saraiva Carvalho Martins, e Andreia Patricia Pereira da Fonseca.

Os sucedâneos nas listas de candidatura, Bruno Miguel Ribeiro Costa, Emilia Cristina da Cunha Gonçalves, Joaquim Albertino Simões de Oliveira, António Alberto Rodrigues dos Santos Ferreira Neto, Eduardo Gonçalo Silva Antunes, pediram escusa.

Também e nos termos da legislação em vigor, a Presidente da Mesa em exercício, informou que os Presidentes de Junta de Freguesia, Catarina Marques da Rocha Barreto, Henrique da Rocha Vieira, e Joao Carlos Rodrigues Morgado, se fizeram substituir nesta reunião da Sessão, por Débora Eunice da Silveira Lopes, Nuno Frederico Miranda Leite, e Manuel Viera dos Santos, respectivamente.⁰⁰³

Foram efetuados os reconhecimentos de poderes.

De seguida a Presidente da Mesa em exercício informou o plenário que o Vogal Carlos Mário Magalhães Anileiro retomou funções, após o período de suspensão do mandato.

Deu ainda conhecimento da correspondência recebida na subunidade de Apoio ao Presidente e à Assembleia Municipal, em particular do Relatório da Conta de Gerência de 2016 do Município remetido pelo Tribunal de Contas, encontrando-se o mesmo disponível na pasta partilhada no sítio da web da assembleia municipal.

Continuando, a Presidente da Mesa informou que ia colocar à votação do plenário as actas das Sessões anteriores, em tempo distribuídas por todos os membros da Assembleia. De acordo com o previsto no n.º 3 do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo não participam na votação os deputados municipais que não estiveram presentes.

Acta n.º 40 – Sessão Extraordinária em Fevereiro – Sessão realizada em 04-02-2020: - Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por unanimidade.⁰⁰⁴

Não votaram os deputados municipais ou os respectivos sucedâneos, Maria da Glória Oliveira Gomes Neto Leite, João Carlos Jerónimo Monteiro de Barros, Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, Joana Filipa Ramos Lopes, Fernando Sérgio Ferreira Carvalho, Nuno Manuel Marques Pereira, Marília Fernanda Correia Martins, Virgínia Maria Melo Matos, Rita Alexandra Monteiro Batista, Rui Carlos Medeiros Alvarenga, Catarina Marques da Rocha Barreto e Henrique da Rocha Vieira.

Acta n.º 41 – Sessão Ordinária Fevereiro – 1.ª reunião da sessão realizada em 13-02-2020: - Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por unanimidade.⁰⁰⁴

Não votaram os deputados municipais ou os respectivos sucedâneos, Maria da Glória Oliveira Gomes Neto Leite, Carlos Francisco da Cunha Picado, Maria Arminda Rodrigues Sousa Correia, Joana Filipa Ramos Lopes, Fernando Sérgio Ferreira Carvalho, Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, Nuno Manuel Marques Pereira, Virgínia Maria Melo Matos, Rita Alexandra Monteiro Batista e Filipe Seiça Neves Barbado Guerra.

Acta n.º 42 – Sessão Ordinária Fevereiro – 2.ª reunião da sessão realizada em 21-02-2020: - Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por unanimidade.⁰⁰⁴

Não votaram os deputados municipais ou os respectivos sucedâneos, Carlos Francisco da Cunha Picado, Maria Arminda Rodrigues Sousa Correia, Joana Filipa Ramos Lopes, Fernando Sérgio Ferreira Carvalho, Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, Nuno Manuel

Marques Pereira, Virgínia Maria Melo Matos, Rita Alexandra Monteiro Batista, Filipe Seíça Neves Barbado Guerra, Catarina Marques Rocha Barreto, Nelson Alexandre Dias dos Santos, Firmino Marques Ferreira, Henrique da Rocha Vieira e João Carlos Rodrigues Morgado.

Continuando a Presidente da Mesa em exercício, leu a “Ordem-do-Dia” constante da convocatória para esta Sessão Ordinária de Abril, realizada nesta data nos términos do ponto n.º1 do artigo 3.º, da Lei n.º 1-A/2020, cujos pontos se transcrevem:

Ponto 1 – Informação sobre a Atividade Municipal de 07FEV20 a 05MAI20;

Ponto 2 – Apreciação e votação do Relatório de Gestão, Prestação de Contas, Balanço Social e Inventário de Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais e respetiva avaliação, de 2019, da Câmara Municipal de Aveiro.

(As intervenções, nos termos regimentais, tem como suporte gravação áudio.)

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

A Presidente da Mesa informou não haver munícipes inscritos para intervir no período regimental de intervenção do público.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

De seguida a Presidente da Mesa deu início⁰⁰⁵ ao Período Regimental de Antes da *Ordem-do-Dia*, solicitando aos Grupos Municipais que indicassem quais os vogais que iam intervir neste ponto da ordem-do-dia e a ordem em que o fariam.

Membros da Assembleia

Vogal Filipe Guerra (PCP) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁰⁷

"Exmo. Senhor Presidente, Ex. mos Senhores vereadores, Senhores deputados municipais. Uma intervenção breve do PCP.

Portanto para o PCP, daquilo que foi o período de pandemia resultou a constatação diversas situações de trabalhadores que viram os seus direitos reduzidos, ou a viverem em situação difícil devido ao desemprego e ao lay-off. Nem todos ficaram bem, nem todos ficaram no mesmo barco como nos quiseram fazer crer.

No distrito de Aveiro estão cerca de 100 mil trabalhadores em lay-off, a nível nacional 57% das grandes empresas conseguiram aceder a este apoio, por oposição a apenas 7% das pequenas médias empresas.

Traduzido por miúdos o grande capital foi o grande beneficiário da transferência de recursos da segurança social e do orçamento do estado para pagamento do rendimento dos trabalhadores, quando estas são empresas com larga liquidez e capacidade para cumprirem as suas obrigações.

Os agricultores, os pequenos comerciantes, e outras micro e pequenas empresas defrontaram-se com entraves burocráticos e inúmeros alçapões para poder aceder a este tipo de apoio. Há casos em que as grandes empresas não chegaram a parar a actividade ou porque os trabalhadores não estavam abrangidos na sua totalidade ou porque tendo uma redução de horário continuaram a trabalhar.

Foram várias as forças políticas PS, PSD e CDS a proporem o prolongamento do lay-off em vez de proporem a proibição dos despedimentos e a recusa de apoios públicos às empresas sediadas em offshores o com lucros abismais. Assim o balanço, demonstra que com o lay-off nas grandes empresas, perde sustentabilidade a Segurança Social, perdem os trabalhadores e famílias, e perdem as micro/pequenas e médias empresas, que são o principal sustento no concelho e no país.

Paralelamente o número de desempregados tem vindo a aumentar em Aveiro e no distrito, situando-se neste momento nos 2.823 desempregados, apenas no concelho de Aveiro, segundo os dados oficiais de Abril.

O PCP defendeu sempre que os grandes grupos e cadeias comerciais existentes no concelho não deveriam beneficiar dum apoio que não necessitavam, quando há desempregados sem qualquer tipo de apoio social ou trabalhadores sem salário integral, e trabalhadores independentes e precários sem qualquer ajuda económica ou financeira, quer pelo poder central como o local. Tenho dito."

Vogal Rita Batista (BE) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[008](#)

"Senhora Presidente, começo a minha intervenção com uma palavra às vítimas da Covid e aos seus familiares. Dizendo que continua a ser um período muito difícil para muitas pessoas e portanto fica aqui uma palavra do Bloco de Esquerda.

Sabemos que este período foi possível de ser passado graças aos serviços públicos que foram o sustento de todas e de todos nós, enquanto sociedade. Tenham sido eles a escola pública, a segurança social, ou o serviço nacional de saúde.

O Serviço Nacional de Saúde, deu facto de facto resposta à crise sanitária, permitindo que o que era possível fazer-se tenha sido feito sem bloquear serviços, sem esgotar capacidades. E portanto, se alguma coisa ficou demonstrada nesta crise é que precisamos mesmo de serviços públicos robustos e que dêem resposta às necessidades de todas e de todos nós. Outra questão desta crise sanitária é que, desencadeia uma crise económica e social com destruição em dois meses de muitos postos de trabalho. E os últimos dados demonstram que 90% dos postos de trabalho destruídos pertenciam a mulheres.

Portanto convém continuarmos a ter esta conversa quando dizemos que há uma desigualdade estrutural entre mulheres e homens na vida do quotidiano. São mulheres que perdem o emprego e que continuam muitas das vezes a ter de cuidar de filhos em casa e que não têm acesso a uma habitação a custos que possam continuar a pagar e, portanto, exige-se que desta desigualdade estrutural, exige-se políticas públicas que de facto reconheçam de uma vez por todas que a posição dos homens e das mulheres na nossa sociedade não é de igual para igual."

Vogal Andreia Fonseca (BE) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[009](#)

"Obrigada Senhor Presidente. Começo por cumprimentar todos presentes. É bom estarmos todos de volta à Assembleia Municipal. E venho aqui dar conta de dois acontecimentos que ocorreram há pouco tempo. No passado dia 11 ocorreu a manifestação black lives matter em Aveiro, num claro gesto colectivo de solidariedade para com a aluta anti-racista.

Não podemos esquecer que apesar de sermos um país de brandos costumes continua a existir racismo. Ainda que muitas vezes disfarçado em aparentes gestos inofensivos. Todas as vidas contam é verdade. O problema é que agora existem vidas que aparentam valer significativamente menos. E enquanto assim for será por essas vidas que nós continuaremos a dizer black lives matter.

Outro apontamento é seguindo as directrizes da Direcção Geral de Saúde a organização da marcha LGBT de Aveiro, que se iniciou no ano passado, decidiu que a mesma em 2020 seria cancelada. Mas para assinalar a data no passado dia 13 de junho foi organizado um evento on-line com tertúlias sobre as temáticas, visibilidade e sobre o direito à diversidade. Tem contado também com um workshop e algumas actuações musicais. Esta programação ainda está disponível nas redes sociais para quem quiser ver ou rever. Até porque a luta para os direitos de continuarmos a ser quem somos não pode sobre qualquer circunstância ficar em quarentena. Obrigada."

Vogal Jorge Greno (CDS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[010](#)

"Boa noite a todos. Uma primeira palavra para as famílias das vítimas desta pandemia neste nosso concelho. E uma segunda palavra dizer que é bom ver-vos a todos. É sinal que no nosso concelho as coisas correram relativamente bem. Porque isto porque passamos era impensável. Ninguém estava preparado em nenhum lado. Nem na Saude, nas Autarquias, nas nossas casas, mas julgo que todos soubemos dar a resposta que era necessário dar. Há sempre excessos e algumas coisas que não correm tão, mas espero sinceramente que continuemos o caminho que trilhámos até hoje colectivamente para que daqui a uns meses isto seja uma má recordação do que passamos mas que no sirva também de exemplo para o nosso futuro. Muito obrigado."

Vogal Francisco Picado (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[011](#)

"Um cumprimento especial a todos por este regresso ao vivo das sessões da Assembleia Municipal. O PS fará aqui a leitura de um texto que obviamente tem a ver com este assunto. Vivemos tempos ímpares. Tempos que desejavelmente iremos viver apenas uma vez nas nossas vidas. A pandemia que ainda actualmente assola o Mundo invadiu o nosso quotidiano sem que verdadeiramente nada o fizesse prever.

Vimo-nos confrontados com situações difíceis, inesperadas, com as quais até agora ninguém tinha lidado Situações com impacto no nosso quotidiano, na vertente profissional e na vertente económica, e também nos meios de subsistência. Em casos mais gravosos esse impacto terá afectado a saúde de cada um ou em condições mais extremas terá até conduzido ao falecimento de familiares ou de amigos. Para estes uma palavra de sentidas condolências.

No entanto soubemos reagir. Estiveram e estão bem aqueles que lideraram sabendo estar à altura dos seus deveres e competências. Referimo-nos àqueles que em posição de governação tiveram de tomar decisões difíceis e tendo-as tomado de forma acertada em tempo útil. Referimo-nos àqueles que na área da Saude e da Emergência tiveram que se defrontar cara-a-cara com a pandemia.

Referimo-nos àqueles que no seu posto de trabalho responderam de forma positiva e que mitigaram a perturbação provocada na vida de todos nós. Referimo-nos àqueles que responsabilmente assumiram uma atitude de elevado civismo e souberam ficar confinados para sua protecção, mas sobretudo para a protecção de todos os outros.

Referimo-nos ainda àqueles que garantiram que apesar de tudo garantiram que a vida continuasse, limitada mas com dignidade.

Mas é verdade que uma experiência desta envergadura traz o que de melhor alguns têm, também não é menos verdade que nalguns casos revela o que de pior outros conseguem oferecer.

Referimo-nos àqueles que num momento em que se precisava união, instigaram o seu contrário. Referimo-nos àqueles em que se requeria recato verbal fomentaram a confusão.

Referimos àqueles em que quando era necessário assumir responsabilidades simplesmente não apareceram ou apareceram a destempo.

Contudo ainda não é momento de fazermos balanços finais. Esperam-nos tempos difíceis. Os quais nos vão continuar a exigir comportamentos conscientes e responsáveis. Remos mais do que nunca fazer emergir valores como a cidadania, a partilha, a solidariedade, a fraternidade, a liberdade, a igualdade. Que o discernimento coerente para agir em conformidade com o bem comum, enquanto cidadãos e enquanto autarcas.

Saúde e determinação para ultrapassar a provação de uma era."

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰¹²

"Boa noite a todos. Neste momento queria apenas fazer uma intervenção sobre um sinal que ficou deste tempo. Foi um sinal político que me agradou bastante. Que foi a doação feita de material (EPI) feita a várias instituições pelas juventudes partidárias do concelho. Nomeadamente a JSD a JS e a JP. Tocou-me um bocadinho por ter sido feito em conjunto e não com a bandeira de qualquer um desses Partidos. E ter sido feita por um grupo de jovens de vários partidos das Jotas concelhias que fizeram essa doação de material. Penso que isso deve ser o exemplo a seguir para os seniores dos partidos para nestas alturas difíceis estarmos também juntos e lutarmos para o bem de todos."

Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰¹³

"Muito boa noite a todos. Senhora Presidente, Caros colegas autarcas. Enfim, eu só quero deixar uma palavra de saudação, de muito gosto, por regressarmos aos trabalhos da nossa Assembleia Municipal. Desejar Saúde a todos e obviamente cá estaremos para conversarmos sobre estas coisas todas. Vamos ter como já sabeis um ponto Covid na próxima sessão deste mês de Junho e, portanto, falarmos de tudo isto.

Nós tivemos no nosso lugar a trabalhar como equipa com outras instituições, 7 dias por semana, 24 horas por dia, e é assim que vamos continuar porque o problema no que respeita ao Covid está longe de ser resolvido. No que respeita à crise económica social estamos apenas uma introdução a ela própria, temos muito para sofrer e para gerir.

Eu queria deixar uma saudação a todos. Especialmente uma saudação ao nosso Presidente Luis Souto, que também lhe chegou à família, e desejar-lhe à família e a ele próprio que se livrem do que lhes calhou e que volte ao nosso convívio o mais rapidamente possível. A bem de todos nós, mas especialmente da sua Saúde e da sua família. Sabemos que estamos bem entregues à Presidente Arminda, mas obviamente o exercício é um exercício de substituição e, portanto, deixar essa palavra ao nosso Presidente Luis Souto, que tenha força, que também o temos acompanhado a ele e à família e que tudo volte à vida normal para prosseguirmos o nosso trabalho juntos na assembleia municipal, obviamente com a Câmara, com os nossos Presidentes de Junta, com os nossos deputados, e com os que justificam a nossa presença e o nosso trabalho que são os nosso concidadãos. Muito obrigado."

Ponto 1 – Informação sobre a Atividade Municipal de 07FEV20 a 05MAI20;

(O texto da Informação Escrita do Presidente da Câmara Municipal foi distribuído a todos os membros da Assembleia, permanecendo disponibilizada aos munícipes na página da assembleia.)

A Presidente da Mesa deu a palavra ao Presidente da Câmara⁰¹⁴ para fazer a apresentação da Informação Escrita da Atividade Municipal.

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰¹⁵

"Muito obrigado. Obviamente foi um período longo. Dividimos a referência da atividade municipal em duas partes, a outra fica para a nossa próxima reunião, mas obviamente que aquilo que está na exposição que ela própria é bastante longa, tem referência a uma actividade diversa, obviamente muito concentrada naquilo que foi a atividade que não se perturbou com a pandemia do Covid, que tem a ver com os projetos, com os concursos e as obras. Essa basicamente não teve perturbação relevante, apenas ali nas duas semanas envolventes ao fim-de-semana da Páscoa, tivemos das 23 obras que então estavam em curso, tivemos a paragem total de 7 delas. Mas pronto, é este nível tivemos um período muito rico como a informação referencia, de lançamentos de concursos, de desenvolvimentos de projetos, de adjudicação de projetos, de desenvolvimento de obras em fases diferenciadas. Um de adjudicação e outros de início de execução. E outras também que foram terminando ao longo deste período. Obviamente que dei na informação em primeiro lugar a uma obra muito difícil que temos tido. Aliás, ela ainda está em finalização de pormenores, mas que foi enfim um trabalho que decidimos fazer para ajudarmos o empreiteiro, ele próprio (que não tem nada a ver com Covis) tem problemas graves de viabilidade. Mas pronto, teria, sido muito mais complicados os danos se ele tivesse morrido em plena obra, mas correu bem. E portanto foi importante ver as nossas crianças das escola de São Bernardo iniciarem o seu trabalho na nova escola. Fizemo-lo sem inauguração porque a obra à data não estava (e ainda hoje não está) terminada, mas obviamente que eu quero deixar uma referência muito clara para um gosto extraordinário daquelas crianças, principalmente das suas professoras e do pessoal auxiliar, porque viveram quase 9 anos em inacreditáveis condições de instalação, numa instalação que era para ter a vida útil de um ano, acabou por demorar quase 9 e, portanto, foi um momento muito feliz para todos que vivemos na tranquilidade de uma manhã de segunda-feira, no regresso ao trabalho após a paragem lectiva do Carnaval e com essa referência de termos conseguido debelar mil dificuldades. Mas conseguimos materializar para aquilo que é o seu objetivo que é entregar boas condições de trabalho e a escola tem muito boas condições de trabalho para os profissionais obviamente e para as nossas as nossas crianças.

De resto, as operações da obra desdobram-se pelos 4 cantos do nosso município em tipologias muito diversas. Estamos numa fase de terminar o grupo de projectos das escolas, da chamada segunda fase, para arrancar obviamente com os concursos, vários deles já lançados, vários deles em fase de adjudicação, e alguns deles que perturbarão (e já estamos a trabalhar com os respetivos agrupamentos) perturbarão no sentido positivo do termo.

No arranque do próximo ano lectivo obviamente que queremos todos que seja normal, vamos ver se o desenvolvimento da situação pandémica nos vai permitir.

Vamos ver se a chegada dos Vistos dos contratos e a ativação das obras, e com a utilização alternativa de instalações para o desenvolvimento da atividade lectiva. Basicamente os 2 casos com maturidade mais alta são exatamente pertencentes ao mesmo Agrupamento. Ao

agrupamento de escolas de Cacia (Rio Novo do Príncipe) que respeita à escola da Quinta do Loureiro e à escola da Póvoa do Paço.

Portanto essa é uma frente muito importante e estamos a fazer o desenvolvimento dos projectos dos concursos das adjudicações e ao mesmo tempo a trabalhar com os respectivos Agrupamentos, para podermos compatibilizar o funcionamento do ano lectivo com o funcionamento da obra, que obviamente qualquer uma destas obras é absolutamente incompatível.

Outra nota que queria destacar diz respeito ao Teatro Aveirense, áquilo que foi o balanço que colocámos nesta Informação. De mais um ano de excelência, de mais um ano de record de assistência, de mais um anos de afirmação como produtor e líder cultural. E deixar já agora uma saudação à nossa Associação Musical Das Beiras, pela Filarmonia das Beiras, que está neste momento a ter a sua Assembleia Geral eleitoral e por isso a ausência do Senhor Vereador Capão Filipe hoje. E pronto, obviamente a atividade do Teatro Aveirense, a atividade cultural, foi uma daquelas que teve de parar em absoluto nesta pandemia que ainda estamos a viver. Mas o balanço está feito ao ano de 2019 e portanto fica a nota de excelência, de crescimento, de afirmação, que obviamente no quadro da retoma iremos retomar com todos os cuidados tendo atenção às condicionantes que obviamente teremos que ter e de que temos de ser gestores.

A outra nota de destaque que escolhemos para a Informação tem a ver com o projecto para a construção do novo pavilhão desportivo municipal.

Será um pavilhão oficina que escolhemos localizá-lo junto ao Estádio Municipal de Aveiro, que já está adjudicado, coincidência de hoje mesmo eu ter assinado o contrato com a empresa que ganhou este concurso. Foi a empresa que teve a melhor proposta e que pertenceu ao grupo das muitas empresas que tiveram envolvidas nas operações de projecto do Estádio Municipal e de toda a infraestruturização da envolvente. Portanto temos essa vantagem porque é uma empresa que conhece bem aqueles terrenos, dado que foi um daqueles terrenos que nós escolhemos para vir a ser construído este pavilhão, sabendo o obviamente que ele será construído no seguimento deste concurso. E neste quadro obviamente é um projecto que se juntará em termos de obra à obra que está em pleno desenvolvimento do complexo do EMA e da obra dos campos de treino do EMA que está mais avançada, que é a chamada "aldeia do futebol" da Associação de Futebol de Aveiro que tem a sua fase primeira em desenvolvimento. A Associação dividiu a obra em duas fases. E tem a sua fase primeira da construção de um balneário com bancada integrada e de um campo com relva sintética e que nesta altura está já na recta final da sua execução.

A última nota a que damos também muita importância e que neste momento está com os actos de finalização do contrato para seguir para Visto do Tribunal de Contas, que é a estrada/dique como lhe chamamos, que adjudicámos a obra recentemente. É uma obra que não vai ter fundos comunitários, pelo menos para já. Embora tudo esteja pronto para se houver filão o possamos ir explorar. E que vai obviamente qualificar em termos urbanos, no que respeita à possibilidade de continuar a circular de automóvel, circular a pé e de bicicleta, como já se pode, mas com melhores condições. Tudo isso se passará a fazer com boas condições e a melhoria importante da sua função ambiental porque enfim, a estrutura que temos neste momento tem problemas a esse nível, naquilo que é a sustentar as águas da Ria e evitar que elas se transponham ali para aquela zona de marinhas que ali temos, nomeadamente a nossa marinha da Troncalhada, e que por força de marés vivas, batidas a vento, as águas fazem a transposição da estrada existente para as marinhas, e causa problemas por vezes delicados, para o desenvolvimento da sua função produtiva que como todos sabemos é uma importante função também em termos ambientais, nomeadamente no que toca à alimentação das aves.

Portanto a obra recebeu pareceres positivos da CCR, do ICNF e da APA, como não podia deixar de ser.

Portanto deixamos aqui estes destaques e obviamente a minha disponibilidade para responder às questões que bem entenderem sobre a actividade da nossa Câmara."

Membros da Assembleia

Vogal Filipe Guerra (PCP) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[017](#)

"Tentarei ser breve. Antes de mais dar os parabéns a quem escolheu esta sala para realizar os trabalhos, parece-me bem escolhido e está tudo bem preparado.

Sobre algumas questões importante que o PCP gostaria de trazer aqui à Sessão de hoje. O PCP foi contactado, como acredito que tenham sido a generalidade das outras forças políticas, por um conjunto de cidadãos com interesses na Avenida Dr. Lourenço Peixinho, receosos pelo desenvolvimento de obras que ali se irão desenvolver, obras pesadas, num espaço de tempo alargado e que perante a situação difícil que atravessamos e que todos conhecemos, portanto este conjunto de cidadãos mostrou um conjunto de preocupações, que o PCP corrobora, preocupações pelo impacto que essas obras terão no que é a sua dinâmica comercial, num contexto já de si altamente complexo.

O PCP está solidário e traz essa preocupação aqui, assim como traz a preocupação dos muitos milhares de aveirenses que necessitam diariamente de atravessar a Avenida Dr. Lourenço Peixinho, para além de todo o tráfego viário normal de carros e autocarros, dos abastecimentos, enfim, porque é a Avenida nuclear da Cidade e da sua dinâmica.

Portanto gostávamos de questionar e saber que alternativas é que o Senhor Presidente de Câmara tem para acautelar este conjunto de problemas que se avizinham. E a obra que está projectada, não tenhamos dúvidas, é uma obra complexa, vai ter problemas. Mesmo Vereadores de outros Partidos já nos tinham alertado sobre outros contextos dos problemas das obras na Avenida. Obra que presumo será executada em tempo de inverno. Portanto são preocupações que temos e que não deixamos de estar atentos.

Trazemos também aqui a preocupação dos utentes e dos trabalhadores da AveiroBus. Porque de facto a reposição dos horários de verão não repôs totalmente as linhas existentes. Preocupa-nos a manutenção de uma situação em que os trabalhadores da AveiroBus têm acesso a duas máscaras apenas por dia, quando têm que fazer por vezes turnos de 14 horas. O facto de não terem tido acesso a álcool para desinfeção das mãos quando fazem trocos, o facto de ainda hoje não existir álcool-gel para utentes e das limpezas que são feitas aos autocarros serem muito deficitárias.

Não deixamos também de considerar e aqui expor a situação de lay-off parcial em que aqueles trabalhadores foram colocados. Mas esse lay-off levou a que alguns trabalhadores ficassem em casa e os outros ficassem sobrecarregados de horários de trabalho - situação perfeitamente aberrante.

Também não deixamos de denunciar o sistema de autocarros a pedido não ter funcionado plenamente por não ter qualquer tipo de previsibilidade, tornando-se também um constrangimento para os utentes.

Por último o PCP não deixa aqui de trazer duas preocupações em relação à freguesia de São Jacinto. A primeira ter sido içada a bandeira de ouro, mas de ali não existir ali coisas tão simples como ambulâncias nos fim-de-semana e feriados para dar apoio.

Esta é uma situação objectivamente perigosa para os utentes da praia e a população. Segunda situação que nos preocupa é o actual estado da estrada nacional 327. Situação que já aqui falámos noutras sessões. Foram colocadas algumas protecções de cimento em algumas zonas, mas que estão a cair. A verdade é que a estrada continua muito degradada e é um perigo para toda a população.

Outra questão é a habitação social em São Jacinto da responsabilidade camarária estar num estado inaceitável. Tenho dito."

Vogal Rita Batista (BE) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰¹⁸

"Senhora Presidente, Senhores e Senhoras deputadas. Começo a minha intervenção por dizer que o grupo Municipal do Bloco de Esquerda lamenta que esta sessão seja feita tão desfasada no tempo.

Não faltam ferramentas tecnológicas que permitam que estas sessões possam ser feitas num outro formato. Aliás isso aconteceu noutros municípios. Passámos pela maior crise que a nossa sociedade viveu nos tempos modernos e a pluralidade desta Assembleia não pode intervir durante a crise e portanto começo por dizer isso.

Tal como nas comemorações do 25 de Abril. Fizemos enquanto grupo municipal uma proposta para que houvesse celebrações por exemplo por vídeo conferencia (podia ter sido noutro formato) e foi-nos respondido que não havia condições para essa celebração e depois aparecer um texto conjunto entre o Presidente da Assembleia Municipal e Presidente da Câmara, o que nos pode levar a concluir que o que foi desvalorizado é o órgão eleito onde nós estamos e a pluralidade democrática.

. Estes trabalham. As escolas. Elas relacionadas. Obriga-nos a muitas famílias a ter que se deslocar ao único onde a entrega dessas refeições a portanto e ao mesmo tempo, o despedimento de trabalhadores. Trabalhadores que prestam serviço um serviço essencial e permanente e que, no 1º momento de crise são. Sem qualquer. Estaríamos nesse sentido, perguntar se não estará na altura de rever este modelo de cantinas concessionadas. As críticas, muitas vezes há a convicção. Empresas e que as condições. Consideram que a quantidade e 7 7. Voltar a ser um serviço público gerido na esfera pública e, por outro lado, num momento de crise aproveitar para estimular outros setores, como, por exemplo, a agricultura local a fazer a começar. Já a fornecedores. Mais saudável na confeção das refeições. Nós temos a questão durante este confinamento redução drástica. E nós queremos estar dentro do caderno de encargos. Já fizemos esta. Se este pagamento a ser feito a também dissemos. Pusemos a questão dos trabalhadores e que foram obrigados a tirar férias. Em que foram postos isso considera que isto é uma forma de tratar trabalhadores que prestam serviço público essencial."

Vogal Andreia Fonseca (BE)⁰¹⁹

Vogal Jorge Greno (CDS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰²⁰

"Muito obrigado. Relativamente à Atividade municipal, apesar do confinamento continua a haver muita actividade. O nosso afastamento das ruas fez com que não nos apercebêssemos do desenvolvimento de algumas obras e depois quando saímos é que efectivamente vimos que as coisas não tinham parado.

Mas queria referir-me efectivamente a duas adjudicações que eu acho importantes. Uma o Ecocentro Municipal - estrutura claramente em falta no nosso concelho e a outra a rua dos Ervideiros que é um eixo essencial para uma parte importante da zona industrial Taboeira/Cacia. Só quem por lá passa sabe a desgraça de como aquela rua está porque ela não foi construída com o mínimo de valências necessárias para o tipo e quantidade de tráfego que recebe

Também destacamos as delegações de competências nas Juntas de Freguesia. Continua a ser uma política importante da Câmara Municipal. Continua a ser um acto de confiança nas Juntas para uma política de proximidade e realizarem certos tipo de trabalhos que fazem com maior nível de competências que a Câmara.

Outras obras que não sendo da responsabilidade da Câmara Municipal, não deixa de ser importante que é a EN235. Aquele passeio que está a ser feito do lado direito de quem vai em direção à A1 parece a montanha russa que devia ter estado na Feira de Março. É inacreditável como se continuam a fazer passeios aos altos e baixos porque os carros têm dificuldade em entrar numa propriedade e depois quem tem de passar lá num carrinho de bebé ou numa cadeira de rodas tem imensas dificuldades - aquilo está perfeitamente indescritível. Talvez fosse bom convidar o Eng.º responsável pelas obras a passarem lá de cadeira de rodas para ver se conseguem.

Na mesma obra os postes de iluminação foram recuados para o sítio onde vão ficar, mas não fizeram a ligação eléctrica enterrada. Continuam com os cabos todos por fora ficando pendurados à vista. Acho que é em 2020 perfeitamente inadmissível. Bem se a Câmara não tem responsabilidade, mas podia junto de quem de direito reclamar porque um trabalho destes não faz sentido.

Por ultimo uma questão ao Sr. Presidente da Câmara. Reparo que muitos meses após a colocação das novas paragens dos autocarros, não estão afixados os horários!? Parece-me que não faz sentido porque no fundo até lá tem o espaço para a colocação e pode-se remediar à medida que se vão instalando as novas paragens. Isto é um trabalho que começou salvo erro em novembro e entretanto foram afixados cartazes que tem a ver com o Covid, ou seja alguém passou nas paragens a colocar informação mas os horários das carreiras que lá passam essa não consta."

Vogal Pires da Rosa (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[021](#)

"Boa noite a todos. Começar pelas coisas boas que é sempre melhor. Acho que a disposição e a logística desta Assembleia estão bem. Dei a volta e acho que está tudo impecável. Por isso a Mesa e os Serviços de Apoio estão de parabéns.

Só não estiveram tão bem na questão que o BE também já referiu que foi a questão da sessão do 25 de Abril. Porque acho que se devia ter feito um evento comemorativo. Acho bem que não se tenha realizado a Sessão, mas acho mal que não se tenham convidado todos ao Partidos a fazerem uma declaração política como a que foi feita pelo pelos Presidentes da Câmara e da Assembleia. E isto entronca naquilo que foi o feriado municipal. Onde desde que me lembro sempre houve textos, intervenções, dos vários partidos e utilizava-se um bocadinho o feriado municipal como forma de fazer um balanço da actividade municipal e sobre o que cada partido pensa para isso. É evidente que o feriado teve as contingências que todos nós conhecemos mas podia ter sido feito on-line, não custava nada.

Em relação ao funcionamento do órgão eu fiz um pedido de agendamento de um ponto, que não foi aceite para esta sessão, simpaticamente pela Mesa foi remetido para a próxima sessão, já hoje recebemos a convocatória, para a transmissão via web das sessões da Assembleia Municipal, que eu acho que cada vez mais se justifica e numa altura como esta justifica-se exemplarmente. E vou entregar um documento à Mesa com uma documentação adicional de um parecer da ANMP sobre a questão da protecção de dados o que torna as coisas clarividentes ao que creio, mas depois teremos tempo para falarmos sobre isso tudo. Muito obrigado."

Vogal Fernando Nogueira (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[022](#)

"Boa noite a todos. Congratulo-me por estarmos juntos. Duas questões. Uma, porque a obra não parou, que por cerca destes dias, segundo o despacho do secretário de estado do desenvolvimento regional, haveria uma avaliação do PEDU (Plano Estratégico de

Desenvolvimento Urbano). De acordo com essa metodologia há uma bateria de indicadores de realização, sendo tradicional uma avaliação positiva ou negativa. No âmbito do acompanhamento da atividade desenvolvida pelo município gostava de saber em que situação está? Se foi pedida a avaliação e qual foi a avaliação final produzida. E um comentário sobre a situação que se vive. Já percebemos que as perdas nas actividades económicas são avultadas, e face a isto também já percebemos que utilizar a receita do Keynes de que face à recessão da economia o Estado deve intervir, será uma coisa útil mas que pode servir para fazer obra antes não programada sem grandes questionamentos. O que está aqui em causa é, o partido socialista não defende a suspensão do investimento público, bem pelo contrário, mas questiona a necessidade se reprogramar o investimento. Por exemplo, o caso da Avenida, que foi aqui falado. Mas também repensar o tipo de investimento. Ou seja, nós sabemos que já antes desta pandemia a agenda de investimento era em alguns pontos, se não em muitos, longe de ser consensual. E parece-nos no PS no mínimo recomendável que se pondere colectivamente o que o horizonte nos traz pela frente. Aliás, como dizia o Senhor Presidente desta Assembleia Municipal no texto do discurso do dia do município. O tempo apela a que os investimentos se façam de uma forma muito mais articulada com os agentes e com as necessidades das pessoas. Mas infelizmente não tem havido nenhuma iniciativa desta câmara para reflectir isso no colectivo. E não conseguimos vislumbrar, para além das respostas pontuais e inquestionáveis de emergência, o que vai mudar a curto e médio prazo nas políticas municipais que, como reforçado ainda há minutos pelo Senhor Presidente da Câmara, que o futuro vai ser negro e demorado. O que se passa é que todos os investimentos a fazer, apontam, para a desejada chegada da normalidade. Mas enquanto isso, há meses e meses de anormalidade, de falta de regresso à normalidade, e inclusivamente a normalidade pode nunca chegar na forma como a conhecíamos. Disse."

Vogal Ana Seiça Neves (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰²³

"Boa noite a todos. É bom estarmos de volta. É pena estarmos com as distâncias a que estamos obrigados, pois era bom estarmos mais juntos.

Eu apenas quero colocar aqui uma questão que me leva a questionar que esta informação não estará de todo correcta. É que diz que o Tribunal de Aveiro dá razão à Câmara Municipal num processo de consulta! Ora bem, estes processos (eu apenas me reporte a ver o que é que se tinha passado) e é um daqueles processos que são diligências urgentes. Aquilo nem é propriamente um processo. Assim como é possível pedir uma certidão porque a entidade pública não está a emití-la, também pelos vistos aqui à ASPEA não foi possível consultar o processo, que consultou e que não obrigava a Câmara a fazê-lo.

Se a Câmara o fez, é evidente que o processo é extinto por inutilidade superveniente. Isto não constitui uma vitória para a Câmara nem uma Vitória para a ASPEA. Talvez para a ASPEA até constitui mais porque conseguiu ver o processo que não tinha visto antes.

Isto é uma pequena nota que aqui deixo porque entendo que isto aqui escrito não é verdadeiramente correcto."

Vogal Jorge Gonçalves (PS)⁰²⁴

Vogal Casimiro Calafate (PPD/PSD)⁰²⁵

Vogal Filipe Tomaz (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰²⁶

"Boa noite. Cumprimento a Mesa, o executivo, todos os colegas da Assembleia. E também dar uma nota de agradecimento para a logística que foi montada e dizer que é um gosto

podermos reunir, mesmo desta forma estranha, num auditório tão grande. Mas melhor assim que não fazermos estas reuniões de assembleia municipal. Na apreciação da atividade municipal de 7 de fevereiro a 5 de Maio, eu salientaria intensificação do ritmo de investimento no concelho, que é notório. Qualquer pessoa que passei pela cidade ou mesmo pelas freguesias, se apercebi da quantidade de obras, de projectos, mas dizer que isto é feito no enquadramento em que vivemos numa pandemia que ninguém estava à espera, que ninguém estava preparado para lidar com uma coisa destas e que requereu de todo o executivo uma atenção primordial. Era uma emergência no nosso caso nacional e, portanto, nós tivemos de lidar com isto. E temos de dar o apoio e o suporte a todos aqueles que desde logo estão a trabalhar numa primeira linha no combate a isto, mas depois também os aspectos sociais e económicos que já começaram a vir ao de cima. Mas não me vou alongar em relação a isso porque vão ter na próxima assembleia uma discussão sobre isto. Mas explicar que esta atividade municipal acontece neste enquadramento.

E isto aqui é para mim um dado muito importante porque para além de toda a atenção que teve de ser dada à pandemia houve de facto um ímpeto de não deixar esmorecer ou reduzir o ritmo de investimento e de obras que estão a acontecer no nosso concelho.

Aqui foi referido que por causa do Covid temos de reequacionar e priorizar os investimentos. Mas eu acho que ao ler um documento como este tudo o que ali está é prioritário. E gostava de realçar três grupos de obras que eu acho de demasiada importância.

A primeira tem a ver com a reabilitação do parque escolar. É notável. Só neste período estão aqui investimentos a rondar 5 milhões de euros. Isto ninguém pode dizer que isto não deva ser um investimento prioritário e importante para o nosso concelho. Sobretudo quando inicialmente haviam estabelecimentos de ensino que necessitavam de obras urgentes. E este é um dos aspectos que eu gostava de realçar.

O outro tem a ver com a reabilitação da habitação social. Estamos a falar dos mais desfavorecidos, que vivem em piores condições. E a câmara está a fazer um investimento de 2,7 milhões de euros no Bairro de Santiago juntamente com a reabilitação de 131 redes de água em fogos de habitação. Se isto não é trabalhar para a coesão social e ajudar aqueles que estão mais desfavorecidos, em especial numa altura como esta em que estamos a viver, então não sei o que é de facto coesão social.

A terceira que gostava de realçar, sendo que todas são importantes, gostava de realçar porque acho que é aquilo que em Aveiro finalmente, ao final de décadas e décadas, começa a acontecer, que é a vivência da cidade com a Ria.

Isto com o início da obra dos passadiços de Esgueira, que hoje já fazem a ligação com o Canal de São Roque. Esta é uma obra que deu possibilidade aos aveirenses de poderem começar a viver a Ria de Aveiro. E há mais duas outras obras, que é a Rua da Pêga e a Estrada Dique, que vão digamos, embelezar o ramalhete para que efectivamente a população possa viver pela primeira vez a Ria de Aveiro como deve viver.

Atrevo-me apenas a dizer que só falta uma coisa quanto a mim. É que as antigas instalações da lota, pudessem ficar bem bonitinhas, para termos a cereja em cima do bolo. E pronto é isto que tenho a dizer."

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[027](#)

"Neste ponto vou falar das obras no concelho. Das obras que estão a ser feitas. Destacava algumas porque estão a ficar mesmo bem-feitas.

Realmente a Rua da Pêga, estação da CP, obras de Verba, Fernando Távora, 5 Bicas, as Escolas e as ciclovias.

Mas gostava de deixar aqui duas ou três perguntas ao Senhor Presidente. Nós fomos alertados por pessoas de São Bernardo, que a Unidade de Saúde, a Câmara e o Ministério da Saúde fez uma requalificação total a quase todas as unidades de saúde do concelho. A Unidade de Saúde de Oliveirinha/São Bernardo, são dois pólos, e foram ambos requalificados. Entretanto na fase das obras São Bernardo fechou. O seu atendimento foi deslocado para Oliveirinha. A obra de São Bernardo está pronta, mas o que é certo é que o atendimento aos cidadãos de São Bernardo continua a fazer-se em Oliveirinha e a unidade não abre! Não tem a ver com o Covid. Senhor Presidente eu gostava que me informasse alguma coisa sobre isto?

E gostava também de saber sobre a requalificação das habitações sociais no concelho, da responsabilidade do IHRU como está a decorrer e como está o processo?

Depois gostava porque se falou aqui de repensar investimentos. Da parte do partido socialista penso que até andou a repensar demais. É pena não estar aqui o líder de bancada Filipe Neto Brandão, porque poderia trazer-nos aqui algumas novidades.

Eu gostava de saber se é por este repensar das obras que o governo não decide avançar com os projectos de reabilitação da estrada de São Jacinto. Se é por estar a repensar os projectos que o governo não faz a ligação da A1 à A17. Se é por estar a repensar os projectos que o governo não faz a expansão do hospital de Aveiro. Se é por repensar os projectos que não é feita a entrega da frente ribeirinha de São Jacinto. Se é por repensar os projectos que não é feita a entrega da antiga lota. Ou se é por repensar os projectos que não avança a prometida ligação Aveiro/Águeda.

E sobre repensar os projectos gostava que o Senhor Presidente nos informasse, se por exemplo, a Avenida Dr. Lourenço Peixinho, está o concurso lançado e entregue, se vamos parar a obra e vamos adiá-la mais uma vez. Já imaginaram o que isso tinha de custos para os munícipes imputados pela empresa que ganhou o concurso e por todos os investidores privados que investiram em Aveiro porque sabiam que a requalificação da Avenida ia ser feita. Gostava que o Senhor Presidente nos desse algumas indicações sobre isto."

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:[028](#)

"Muito obrigado a todos. Eu quero deixar uma nota primeira de referencia a todos, de que a opção que tomámos (falaremos isto com pormenor na próxima reunião), mas quero enquadrar já algumas das respostas que vos dar. O enquadramento que assumimos para a gestão da nossa Câmara é claro. Nós temos uma consolidação da recuperação financeira para conseguir concretizar. Temos um quadro de investimentos de grande monta para executar. Neste quadro de investimentos há uma parte importante dele muito importante, não é maioritário, mas é muito importante que tem fundos comunitários e que temos que nos despachar a executar. E surgiu-nos uma terceira frente de trabalho que ninguém a pensou, mas que surgiu e temos que lhe dar resposta.

E a nossa Câmara está desde o princípio a dar resposta daquilo que é a sua obrigação, mas também de outros que deviam ter dado resposta e não a deram.

Exemplo, quem é que fornece EPI às IPSS e aos Bombeiros? Já vão 250 mil euros de EPI entregues à IPSS e aos Bombeiros. Quem é que deveria ter a responsabilidade disto? Nós não. Como sabem a gestão das IPSS, dos lares de idosos e apoio domiciliário é dever do Governo do país e o instituto de segurança social. E no que respeita aos Bombeiros como sabem os contratos de gestão são com o governo também através do Ministério da Administração Interna ou a Autoridade de Protecção Civil.

Quem é que foi buscar zaragatoas a Lisboa na altura em que não havia zaragatoas nem no Hospital nem no Centro de Saúde? Enfim, estivemos onde foi preciso, com o dinheiro que foi preciso. Porque é de facto esta a Câmara que conseguimos concretizar. É uma Câmara

que não aliena os objectivos do mandato. Iremos cumprir o objectivo de chegar aos 1.5 em 2021. E mantemos aquele objectivo adicional de trabalhar para que possa ser possível chegarmos em 2020.

Recusámos como sabeis, recusámos a moratória, correcta, que o pôs na lei, para os municípios não terem de cumprir o calendário das suas obrigações com o FAM. Seja no pagamento do capital e dos juros seja no pagamento que todos temos de fazer da capitalização do Fundo. Nós recusámos a moratória. Achamos que o Governo fez bem em arranjá-la mas nós não a queremos nem a usamos. Manteremos o nosso cronograma de obrigações no que está definido no nosso contrato com o FAM.

E além desta abordagem temos um quadro de investimentos que é de facto ambicioso. Que é de facto grande, de diversa tipologia. Que está nos 4 cantos do município com obras não muito grandes. Nenhuma das nossas obras é muito grande. Temos obras maiorzitas mas a grande parte não são muito grandes. E temos muitas medianos entre um milhão e dois milhões de euros.

Portanto esta é a Câmara que neste momento temos e a capacidade que temos. Eu vejo que muitos colegas meus em que as Câmaras não têm extra capacidade e tiveram de pedir de pedir ao Governo e o Governo legislou também bem, exceções aos limites de endividamento devido a despesas Covid-19. Vamos ter linhas de financiamento especiais. Há colegas que vão recorrer, mas nós não vamos recorrer. Legalmente podemos no âmbito do Covid mas não queremos. Acabou a Câmara falida. Acabou a câmara que não paga a ninguém. Acabou a Câmara que não sabe gerir o problema. Nós hoje somos uma Câmara que paga a toda a gente, que mantém o seu compromisso com os cidadãos, e apareceu-nos esta surpresa pela ferente, bem penosa financeiramente, mas nós temos capacidade de responder. Eu sei que isto é uma chatice para muita gente. Mas de facto esta é a Câmara que temos e que criamos e que estamos a gerir.

O Filipe Guerra colocou a questão da Avenida e depois alguns de vocês o fizeram. Deixar claro o seguinte. Nós é um compromisso eleitoral claro deste mandato. É um compromisso no PEDUCA. Tem financiamento comunitário e nós temos que nos despachar a executar. Temos de nos despachar por um motivo normal. É um contrato que tem prazos e temos de o executar. Os fundos comunitários acabam este ano e vamos iniciar o prolongamento deste quadro que é de três anos. Mas não podemos utilizar o prolongamento todo porque quando chegar ao fim tem de estar os processos todos arrumadinhos e com o relatório feito. O último meio ano não é elegível para execução de obras, serve apenas para pôr em ordem as questões de natureza administrativa.

Aquilo que surgiu com o Covid-19. Esta crise económica violenta que temos em mãos na Europa e é bom que todos tenhamos consciência que apenas estamos na introdução a ela, é possível se os líderes europeus se entenderem, todos sabemos que se não se entenderem, enfim, não vale a pena ser fatalista, mas a vida da união europeia fica gravemente em causa.

Portanto esperamos que o Conselho Europeu de 9 Julho de uma vez por todas consiga um acordo. Sabemos que há 5 Estados-membros que são contra. Sabemos que há uma excelente proposta da Comissão Europeia está saudada por todos os outros 22 Estados-membros, mas, obviamente sabemos que basta um para não querer para não haver acordo. E portanto está uma fatia de 26,3 mil milhões de euros para Portugal, que poderemos começar a usar em Janeiro 2021 se houver acordo.

Portanto é preciso dar à perna. Porque o Covid-19 é um problema na vida de todos nós, mas já que está cá, esperemos por esta oportunidade financeira. A Câmara de Aveiro que é de longe na Região de Aveiro, mas de bem longe o segundo município que mais executa em fundo comunitários, nós vamos querer continuar a estar na linha da frente.

Só que há uma condição para podermos ir a mais. É executar o que já está contrato. É uma condição obrigatória básica, nada de novo. Se quando chegarmos a Abril de 2021, estiver lá o reforço, que não funciona como PO novos, mas como actuação dos actuais quadros regulamentares, como reforço financeiro. Se chegarmos lá e dissermos temos mais aqui os projectos A,B,C,D, e as taxas do que temos contratado forem baixas, o que nos vão dizer é - desculpe lá, vá para trás e aumente os seus níveis de execução e depois apresente novas candidaturas se não estiver perto dos 100 por cento.

E portanto é isto que estamos a fazer. E estamos a fazer de forma arrojada, porque temos capacidade para o fazer. Estas escolas todas que o Filipe referenciou não têm um tostão de fundos comunitários porque não eram elegíveis. Mas esperem lá, está tudo feito direitinho para que como é latamente provável que se o "pacote" vier a ser aprovado, a tipologia Educação vai ser elegível e nos vamos (esperamos) obter 85 por cento a fundo perdido.

E isso é muito importante para podermos fazer mais E portanto é essa a operação que está aqui em causa. Nós não devemos adiar seja o que for. Tenho pena é de não poder antecipar. Quantos comerciantes me ligaram da zona da Avenida e da zona do Rossio a dizerem "podia começar agora" isto está parado. Pois é, mas o Covid-19 não combinou o prazo connosco. O maior dano não é da obra é do Covid-19, mas não há possibilidade de impedir isso. Portanto é esta a nota de enquadramento.

A outra é que todo o trabalho de planeamento que está a ser feito é um trabalho de rigor para que o mais possível se mantenha a "vida" da Avenida, tendo circuitos pedonais, circuitos rodoviários com dois sentidos e a manutenção dos circuitos de transportes públicos. É isto que estamos a fazer. Bem melhor do que estamos a fazer nas 5 Bicas em que não é possível circular um carro desde o início da obra até ao fim.

Na Avenida como em tudo, ainda hoje estivemos com um comerciante de Cacia que está incomodado com uma obra que começou há duas semanas e que me chamou atenção dizendo, será que não podem dar aqui um jeitinho na sinalização, ele não está na frente de obra, mas o desvio do transito vai-lhe para a porta, e lá estamos nós para resolver se não estiver hoje está amanhã. Vamos parar? Não vamos parar.

Aquilo que o Primeiro-Ministro nos pede, aquilo que a gestão publica decidiu fazer e bem, é de que temos que fazer mais do que nunca. E se em vez de termos duas ou três podermos arrancar com sete, oito ou nove, vamos fazer sete, oito ou nove.

Depois há outra dimensão a vários níveis que é esta questão que colocou o Manuel Prior. Custa muito dinheiro indemnizar um empreiteiro que tem um contrato de milhões e que nós agora vamos dizer, vamos empurrar isto para a frente! Uma empresa que está há meses, desde que ganhou o concurso, começou a preparar-se obviamente uma vez que temos o Visto, o concurso correu bem, e portanto o empreiteiro teria razão em pedir indemnização. É uma empresa boa, mas obviamente que levar um tombo numa obra de 4 milhões seguramente causaria dano. Eventualmente à manutenção dos postos de trabalho, tantas outras coisas. Está-se a preparar para esta não foi a outros concursos porque não tem capacidade para ir a todos os concursos. Custaria uns milhões ao município uma indemnização.

E as outras empresas que investiram milhões em prédios na Avenida que estão já prontos. Que estão quase prontos, Vários. Que foram investindo porque sabem que a Câmara vai qualificar a Avenida. Conhecem a nossa intenção desde que a apresentámos no PEDUCA. Todo este percurso tem 4 anos. Primeiro é uma questão moral e eu reuni com a maior parte deles. Entre mim e a senhora vereadora Rosário, reuni com todos eles. E a pergunta era, senhor presidente quando é que vão começar a obra? Nós dissemos vamos fazer. E agora vamos dizer, desculpem lá não se pode. Pode, pode. Pode e deve a bem dos nossos comerciantes. Alguém se recorda como estavam os prédios da Avenida há seis anos e meio e o que diziam os que lá trabalham? A avenida não tem vida, não há clientes. Os turistas

não sobem a avenida ficam-se pelo Rossio. Isto é uma desgraça, não há iluminação suficiente, não há rede de águas pluviais e quando chove anda tudo a nadar. Esquecemo-nos!? Esqueceram que foi com o nosso trabalho que contribuiu par ater ganhos de vida na Avenida. Foram conquistadas lojas novas de referência que vieram instalar-se ali.

A vida vai continuar mesmo com o Covis-19. E é capital para a dinâmica do nosso comércio e da nossa capacidade em atrair turistas e para nós próprios para o consumo no nosso território, é absolutamente capital a inovação, requalificação urbana, novidade, na oferta do território quando o formos promover. Este ano seremos nós os turistas, mas para o ano já seguramente teremos alguns europeus e a ver se daqui a dois anos conseguimos ter o mundo a fazer turismo em Aveiro, como já estava até fevereiro. É esta a lógica e é este o princípio que nos leva a trabalhar com esta intensidade.

E Filipe o Inverno e o Verão ainda não mudaram. A obra vai começar em pleno Verão. Quando chegarmos ao Inverno e esse é outro cuidado que estamos a ter no planeamento, queremos que aquela zona ali em frente da assembleia e do banco de Portugal, o tal que lhe chamamos de Avenida Praça, queremos que esse esteja pronto. Pronto a 100 por cento.

Precisamente porque aquela zona da obra tem um conjunto de delicadezas maiores que serão bem piores se realizadas entre dezembro a abril, que num período de agosto a novembro, em razão ao que é a norma da natureza pela queda da chuva.

Portanto estamos a tomar todas as medidas e vamos falar com toda a gente e vamos explicar o planeamento da obra com todo pormenor e vamos fazer este exercício de compatibilizar as obras com vários programas de animação, iluminação de natal como ninguém viu em sítio nenhum, etc. É uma aposta nossa. Com uma certeza, toda a gente à medida que a obra vá acabando, e acabar plenamente, tenho a certeza absoluta que a atração da Avenida de atrair nós que cá vivemos e os nossos turistas vai aumentar muito.

Morrerá algum comércio? Sim, morrerá. Mas assim como morreu no ano passado, há dois anos, enfim as empresas são como nós, crescem e morrem. E não é preciso nenhum Covid-19 par amatar empresas. Portanto com toda a determinação, com toda a solidariedade com toda a gente, somos activos, mas saibam não somos é Governo da Nação.

Está-se nesta fase de Covid-19 de pensar que presidente de Câmara é Primeiro-Ministro! Não. As políticas de apoio social, as políticas de apoio directo às empresas, as políticas de impostos, as políticas de layoff, etc., etc., são responsabilidade política legal do Governo nacional. Nós apenas ajudamos e trabalhamos. Eu já levo horas e horas nos últimos meses de reuniões com o Governo, para nos ajudarmos uns aos outros.

Mas aqueles socialistas que têm dúvidas como é que se portou o presidente da Câmara de Aveiro, em vez destas intervenções aqui a fazer de conta que não estão a criticar, mas estão, fazem o favor de falarem o Senhor Primeiro Ministro de Portugal, com a Ministra Ana Abrunhosa, com a Ministra Alexandra Lencastre, com a Presidente do Centro Hospitalar do Baixo Vouga, com o Director do ACES do Baixo Vouga, com a nossa Delegada de Saude Dulce Seabra, com o Senhor Reitor e Vice-reitor que deram apoio na área da Saude, falem com eles e perguntem como é que se portou aqui a Câmara de Aveiro.

E deixem-se dessa tentativa de fazer de conta que fazem tudo bem e que nós somos uns tristes.

Aliás dizia aqui o Jorge Gonçalves "o Governo e o PS fizeram o seu papel. As autarquias têm de fazer o seu papel". Errado. Toda a gente reconhece, porque tenho guardados discursos do senhor Primeiro Ministro e do Presidente da Republica, que agora até tem o efusivo apoio para a recandidatura do partido Socialista, pela voz do Primeiro-Ministro que é mais importante que a voz do Secretário-geral, e a verdade é que toda a gente reconhece que se houve unidade orgânica que funcionou bem, melhor que todas, foram os municípios portugueses. É assim e não me venham dizer o contrário.

Não foi a Saúde. A Saúde funcionou em muitas áreas pessimamente. Uma coisa é os profissionais de Saúde que estiveram na linha da frente a dar ao corpo às balas alguns, porque outros estiveram na linha de trás. O ministério da Saude bateu todos os recordes de todos os tempos, com atestados médicos. Portanto não venha aqui diabolizar os municípios porque nós, municípios de todos os partidos, fomos e somos a melhor unidade de combate nesta pandemia.

Olhe chega-se à Segurança Social e primeiro que abram a porta é um trinta e um e depois para decidir um qualquer apoio é dois, três meses. Nunca é com quem atende é sempre por alguém que está no andar não sei do quê. Numa tramitação do Fundo de Desemprego, perguntem às pessoas quanto tempo lá passa até que fique resolvido. Agora perguntem às cento e tal pessoas que já receberam dinheiro da Câmara quanto é que demorou a tramitar o apoio às famílias? Três dias, outros oito por algum motivo. É esta a diferença. Em Aveiro é assim, mas na esmagadora maioria também é assim.

Dissemos muitas vezes, olhem está aqui o passo da descentralização que estamos a fazer, que é bom mas é curto em tantas áreas. O que se passou em Ovar é uma vergonha nacional. Andou uma Câmara ao colo com o Hospital, com o Centro de Saude, uma coisa inacreditável. A Câmara a ter de fornecer ao Hospital e aos Centros de Saude EPI, zaragatoas para testes, enfim, inacreditável. E vem aqui o Jorge para salvar a pátria socialista dizer que o Governo e o PS fizeram o seu papel e as autarquias têm de fazer o seu papel!?

Olhe, todos temos que fazer o nosso papel. Fizemos o que foi possível. Com todas as dificuldades colocadas até pelo Ministério e foi importantíssimo o grito de alerta que eu dei. Toda a gente agradece aos profissionais de Saude e eu também, como é logico, mas também agradeço aos jornalistas portugueses. Porque a visibilidade que deram à nossa luta e ao problema dramático que aqui estávamos a viver nos lares dos nossos idosos. O pior lar em todo o país chama-se Lar da Santa Casa da Misericórdia de Aveiro. O pior de todos em números de Covid-19. Foi inacreditável o que lá se passou. E depois vem par aqui estes rapazes assim com umas fintas e a fazer de conta e dizem que fizemos mal por andar para ai a dizer o que se passava. Negativo.

Estivemos na equipa e vamos estar na equipa. A mim não me interessa de que partido é o governo. É o governo de Portugal e até seria interessante se alguma oposição aqui em Aveiro seguisse o exemplo de denunciar. Mas pronto aqui a conversa é outra. Mas o recurso à mentira e à criação de realidades de firmamento irreal, é uma habilidade normal e conhecidíssima do Partido Socialista no nosso município.

Rita Batista a obra da Bica está a correr bem. Eu não sou contra a obra. Sou a favor do projecto e já expliquei que ficará muito melhor com a rotunda que já está no cruzamento do Viso e a rotunda que se iniciará no cruzamento para a auto estrada A1, com entrada e saída na mão naquele que é hoje o cruzamento da Bica semáforizado, vai ser um ganho importantíssimo de segurança e fluidez para toda a população de Mamoadeiro e que vive do lado da Bica. Algumas correções sim. O Jorge falou de um. Mas a resposta foi difícil de contrapor pela Câmara. É que aquela é uma zona muito pouco urbana. Mesmo em termos de PDM ela é apenas parcialmente urbana e as acessibilidades das máquinas agrícolas aos terrenos tronava-se difícil. Está-se aqui no limite. Enfim, eu espero que nós venhamos a fazer a Variante a este troço para que este trânsito que continua ali a passar possa passar para a Variante e que obviamente depois haja mais vontade de urbanizar aquela zona e depois se ponha aquele passeio direito e que entretanto aquilo seja entregue à Câmara, porque agora não é municipal.

Rita nós temos uma equipa de Segurança de grande qualidade. Temos uma Eng.^a que é uma pessoa competentíssima. E nós tivemos dois empreiteiros a quem mandámos parar as obras porque não estavam a cumprir as medidas do seu próprio plano de contingência.

Mandámos parar. E só quando em reunião de fiscalização eles activaram as coisas como devia ser é que nós demos autorização para retomar. Estamos muito tranquilos porque temos um trabalho de acompanhamento muito intenso no que respeita à matéria da segurança e obviamente adequada ao tempo Covis-19 como não podia deixar de ser.

Quanto às refeições das escolas dizer o seguinte. Tomara nossa ex-directora geral Manuela Faria, que agora foi trabalhar com a Ministra Alexandra Leita, porque foi gerir a ADSE, mas perdemos uma excelente directora geral dos estabelecimentos escolares (na minha opinião) e quando lhe telefonei a dizer a nossa ideia aqui para apoiarmos as famílias para o escalão A e escalão B é transferirmos o dinheiro do custo da refeição. É o custo da nossa refeição que é mais ou menos o dobro do subsídio que o Estado dá. Preciso da sua opinião, o que é que acha? Podemos avançar ou não. Ela pediu-me dois ou três dias para pensar, depois telefonou-me e disse, senhor Presidente avance. Só tenho a dizer uma coisa, tenho pena do Ministro da Finanças não me deixar fazer o mesmo na minha tutela.

Nós confiamos nas pessoas e fizemos milhares de telefonemas para estar a transferir o dinheiro para a conta de mil famílias titulares do benefício e pagámos.

Temos uma certeza. No pré-escolar e no primeiro ciclo a cobertura é feita a 100%. E vimos depois pelo país escolas num esforço brutal de comprar isto e comprar aquilo, para montar cabazes e fazer entregas, uma coisa do outro mundo. E não conseguem, não é possível chegarem a 100% das famílias nem nada que se pareça.

Quem é que fez bem? Nós. E se a Manuela Faria pudesse mandar ela própria era assim que tinha sido feito para os jovens do segundo, terceiro ciclo e secundário. Nós cumprimos em absoluto. E aplaudimos os profissionais dos nossos agrupamentos, especialmente os do Homem Cristo, que foi o centro, mas os outros também. Mas como dizia o outro "não havia necessidade". Transferia-se o dinheiro para a conta e cada família comprava o peixe, a carne e o arroz, como entendam. Confia-se nas pessoas e não aquela ideia, não porque vão gastar o dinheiro mal gasto. Não. As pessoas alimentam os seus filhos como é evidente. Cobrimos 100% dos necessitados. O Ministério da Educação teve um trabalho brutal dos seus profissionais e não conseguiu porque não foi humanamente possível assistir 100% das pessoas que necessitavam.

Queria terminar na certeza de que na próxima reunião voltaremos aqui a estas temáticas, dando nota que a opção política de não comemorarmos o feriado municipal e o 25 de Abril, custou-nos muito a mim e ao presidente Luis Souto. Mas tinha de ser assim naquela altura.

O Pires da Rosa lembra-se agora do feriado municipal, nos outros seis anos nunca os partidos falaram do feriado municipal, mas pronto isto do Covid-19 também vai baralhando as ideias à malta.

Mas dizer que nós é que instituímos uma comemoração no 25 de Abril (e foi só há três anos para cá) em que intervém toda a gente incluídos os partidos. E nós entendemos que não havia condições. E não fomos nós que inventámos. Foi o país que inventou. Aliás o Presidente da República comemorou o 10 de Junho (já a 10 de junho) apenas com oito pessoas. Ele tem uma vantagem de ter lá as televisões que o põem em todo lado, nós não temos essa vantagem, por mais seja televisão pública. Tivemos sorte em ter agora a TVI e a CMTV em aparecerem para o arranque da nossa época balnear em São Jacinto.

Fizemos uma intervenção com o simbolismo que entendemos por bem. Com o respeito total pela democracia. Cumprindo as ordens emanadas do Governo. Eu não sei se alguém foi à janela cantar a "Grândola" eu foi à janela e não cantei porque estava sozinho no meu gabinete a trabalhar e achei ridículo por ninguém me ouvir, mas exclamei viva a democracia. Agora fiz comunicado, não fiz comunicado, viva a democracia. Comemorámos de outra maneira, viva o 25 de Abril, viva o feriado municipal, e não há Covid-19 nenhum que nos vai tirar o gosto de comemorar de forma mais efusiva ou mais recatada. Tínhamos todo o gosto, tínhamos tudo preparado, inclusivamente um convidado nacional que vinha

palestrar, o que iria ser uma agradável surpresa para todos, tínhamos confirmado uma personalidade nacional que vinha fazer uma conferência na nossa comemoração do 25 de Abril. Tudo foi arquivado, esperemos que pra o ano estarmos cá a comemorar o 25 de Abril sem Covid-19, numa festa boa, bonita, ouvir toda a gente, cada representante diz o que bem entende. Mas obviamente que a malta não precisa de esperar o 25 de Abril para dizer o que bem entende porque a democracia em Aveiro é aberta e tem todo este espaço e os partidos falam quando querem, dizem o que querem, a comunicação social é plural, dá palco e páginas a toda a gente. E portanto é por aqui que vamos continuar a viver e comemorar a nossa democracia municipal e nacional. Muito obrigado."

Membros da Assembleia

Vogal Rita Batista (BE)⁰²⁹

Vogal Fernando Nogueira (PS)⁰³⁰

Vogal Jorge Gonçalves (PS)⁰³¹

Vogal Filipe Tomás (PPD/PSD)⁰³²

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰³³

Ponto 2 – Apreciação e votação do Relatório de Gestão, Prestação de Contas, Balanço Social e Inventário de Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais e respetiva avaliação, de 2019, da Câmara Municipal de Aveiro.

(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, na reunião extraordinária, realizada em 31/03/2020, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta acta).

Continuando, o Presidente da Mesa deu a palavra⁰³⁴ ao Presidente da Câmara, para fazer a apresentação do ponto em epígrafe.

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰³⁵

"Olhem não é por compensação ou por agradecimento institucional que vou usar menos tempo neste. Mas também serve para isso. Apenas para recordar o debate que aqui fizemos ainda em tempos pré-Covid aquando da proposta que a Câmara aqui trouxe de integração do Saldo, obviamente esse foi o momento do grande debate das Contas. A análise do ano financeiro uma vez que está agregado, foi feita nesse momento quer na Câmara quer na Assembleia Municipal.

Este é mais um momento e vamos ter ainda mais outro. Como vimos na agenda para próxima sessão lá está a Conta Consolidada. Portanto ainda vamos ter mais um momento. Portanto nós da nossa parte não vamos a estar aqui com repetições.

Dizer apenas que foi mais um ano bom para o nosso município, temos uma conta boa, foi um ano de grande actividade. Temos um salto maior do que aquilo que gostaríamos de ter e queríamos ter na previsão orçamental, que deriva do arrastamento naquilo que respeita ao planeamento da execução das obras, dos eventos, das atividades, que são mais executoras em termos financeiros, mas obviamente que todo o valor tem destino. E bem o sabemos, porque já demos destino formal quando pegámos no Saldo, na nossa decisão de Fevereiro e integramos no Plano e Orçamento de 2020 que está em plena execução.

Portanto foi um ano bom, é uma boa conta, a Câmara está a cumprir bem as suas obrigações face às opções políticas tomadas. Em primeiro lugar de recuperação financeira,

consolidação dessa recuperação financeira cumprindo em absoluto e bem o plano de ajustamento municipal que temos contratado com o Fundo de Apoio Municipal. Ajustando-o nas múltiplas fases que ele tem. Desenvolvimento de projectos, concursos e obras. E nas outras dimensões da cultura, da educação, da ação social, foi um excelente ano e esta conta é uma conta verdadeira. Depois podemos gostar muito ou pouco, mas isso é outra questão. O que está escrito é factual.

Portanto é com muito gosto que trazemos este relatório de gestão da prestação de contas. Estarei obviamente ao dispor para as questões que entendam por bem. Muito obrigado."

Membros da Assembleia

Vogal Filipe Guerra (PCP) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[037](#)

"Senhores deputados, Senhor Presidente. Aquilo que o PCP observa aqui nestas Contas mantém algumas preocupações também em relação ao balanço social. O primeiro aspecto é desde logo que estas contas no essencial refletem aquilo que tem sido uma trajectória por parte da Câmara Municipal de Aveiro do ponto de vista da sua condição financeira.

Não escondemos que é globalmente positivo o facto de ter havido uma diminuição daquilo que é a dívida da autarquia, que passou para 94 milhões de euros, é um passo que nós agrada e nos satisfaz. Contudo há algumas inquietações.

A primeira tem a ver com a transição de saldo. Se há uma transição de saldo de 13 milhões e novecentos, e o ROC a afirmar que existe um nível de dívida excessivo, qual a razão da Câmara de Aveiro não fazer o abatimento do passivo podendo desonerar futuramente.

Existe também uma realidade camuflada que é esta. É que os resultados financeiros que têm aumentos positivos como já o dissemos, são fruto de circunstâncias económicas concretas que poderão não ser repetidas no próximo ano. Basta observar o que é o peso das receitas do IMI e do IMT, que são receitas que não são fruto de uma estrutura real de desenvolvimento.

Da mesma forma, que não é disfarçável, à conta de do aumento de taxas aos aveirenses que veem estes impostos sistematicamente levados a máximos legais. E esta é uma situação que pelo presente devia ser trabalhada no sentido dessa diminuição destes impostos e taxas.

Verificamos que a taxa de execução baixou ligeiramente e portanto estas são situações que nos preocupam, mas não deixam de ser as opções políticas da maioria do executivo municipal.

Em relação ao balanço social uma nota muito breve e dizer aquilo que já foi dito noutras circunstâncias. Olhando para o quadro de pessoal da Câmara verifica-se uma situação de diminuição de activos, perigando o cumprimento das funções que tem adstritas e ainda um segundo elemento que é no nosso entender nada prometedor, que é o envelhecimento etário dos trabalhadores e daquilo que são os quadros da Câmara Municipal de Aveiro. Situação que é preciso precaver porque a Câmara tem de ter trabalhadores jovens e o emprego público deve ser valorizado. Tenho dito."

Vogal Rita Batista (BE) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[038](#)

"Senhor Presidente o modelo de desenvolvimento que esta Câmara escolheu, com uma política centrada no turismo e na especulação imobiliária teve e tem impacto em toda a comunidade mas reserva os proveitos para muito pouca gente. E se este impacto negativo para a maioria dos aveirenses seja no acesso de habitação para compra, que aumentou drasticamente, seja nas rendas insustentáveis para a maioria das pessoas que vivem em Aveiro, eleva para um número enorme as pessoas que não têm acesso à habitação e que não têm acesso a poder arrendar uma casa. Portanto este modelo de desenvolvimento centrado

no turismo leva a toda a organização de uma cidade para o mesmo efeito. Falamos das construções de hotéis, o aumento imenso do alojamento local em detrimento de haver habitação disponível para arrendamento de longo prazo, a construção do parque de estacionamento no Rossio, portanto este modelo no momento actual está provado que é errado. Criou desigualdades sociais que agora são imensamente maiores e preparou mal o concelho para esta crise. Estamos perante um conjunto de obras desfasadas da realidade das necessidades da população e da realidade do município.

No número que nos apresenta a câmara mais uma vez transfere saldo positivo para o ano seguinte. O que significa que podia ter sido feito muito mais. Não faltam necessidades sociais para se poder usar o dinheiro que a Câmara arrecada como lucro. Aumentar o parque de habitação social, transportes, etc. O que esta crise demonstrou é que houve falta de resposta pública para as crianças, para os idosos. O senhor Presidente acabou de o dizer, que foi dramático o que se passou no lar da Santa Casa da Misericórdia, portanto nós devemos ter uma resposta pública que dê uma resposta capaz em todos os momentos. Em momentos em que não há crise sanitária, mas garantindo que quando não há crise sanitária as coisas correm bem.

E sabendo que está muita obra em marcha, nomeadamente escolas, estão previstas a instalação de cozinhas nas escolas? Tem este mau exemplo do que foi feito agora está previsto que as escolas voltam a ter cantina, voltem a ter meios próprios para confecção de alimentos para os alunos. Nós achamos isso importante.

Portanto o que sai desta crise é que precisamos de mais políticas públicas em áreas essenciais, mais apoio social, mais serviços públicos de proximidade. O IMI tem sido das receitas que tem vindo a aumentar ao longo dos anos e se já era verdade que já era preciso aliviar esse imposto na era pré-pandemia neste momento nós consideramos que isso é essencial."

Vogal Andreia Gonçalves (BE)⁰³⁹

Vogal Jorge Greno (CDS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁴⁰

"Muito obrigado. Como disse o Senhor Presidente da Câmara este assunto das Contas já está mais ou menos debatido. A novidade nesta documentação que não existia à data de transferência do saldo para 2020, é certificação legal de contas, que no fundo vem comprovar a boa gestão que a Câmara está a fazer.

E analisando as sucessivas certificações dos ROC reparamos que a organização e as Contas da Câmara vem melhorando de ano para ano e isso é visto nomeadamente em que no anos de 2019 o universo municipal tem uma empresa e em 2018 eram cinco.

No entanto eu reparo aqui umas reservas que é constante de ano para ano, que é as imobilizações do município. A resposta é que os serviços estão a actualizar Registos, mas isto tem de chegar a que não haja mais actualização de registos e portanto perguntava se há alguma perspectiva para colocar um ponto final nesta questão.

Depois há aqui uma reserva que enfim, como o relatório é feito a 24 de Março, os revisores fazem o seu relatório mais tarde, mas quanto a isto acho que a Câmara está a ter uma boa gestão. As coisas estão a funcionar bem. A questão dos Saldos que transitam de um ano para o outro está mais do que explicada. Portanto nós iremos votar a favor."

Vogal Francisco Picado (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁴¹

"Muito obrigado Senhor Presidente. É bom saber que mesmo com o Covid há coisas que nunca mudam. E uma delas é garantidamente a posição do PS sobre as Contas. É conhecida a posição do PS e é conhecida a posição dos Vereadores à Câmara Municipal e

portanto os membros na assembleia municipal acompanham o voto tomado pelos vereadores no executivo. Basicamente percebendo e estou de acordo com o Senhor Presidente quando diz relativamente à transição de Saldos o PS faria diferente. Mas depois do que ouvimos parece-me que podemos estar descansados porque o conjunto de obras que estão em execução, o saldo a transitar para 2021 será bem menor porque a taxa de execução será maior e acompanhará com certeza as taxas das receitas que não variam. Também é bom de registar que com o Covid há coisas que mudam, o partido socialista toma boa nota do tempo que a Senhora Presidente da Mesa em exercício condescendeu ao Senhor Presidente, que servirá obviamente para memória futura. Muito obrigado."

Vogal Filipe Tomás (PPD/PSD)⁰⁴²

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁴³

"Neste ponto pouco mais temos a dizer. Constatamos o bom trabalho realizado pelo executivo que faz com que a Câmara faça uma consolidação da dívida ao mesmo tempo que apresenta um quadro de investimento público da tal boa obra. E obra útil. Necessária para Aveiro e para os aveirenses.

E voltando ao que disse atrás, gostava que o partido socialista repensa-se as tais obras para Aveiro e não as cativa-se todas."

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁴⁴

"Muito obrigado a todos. Filipe Guerra a resposta já a sabe à questão colocada. A nossa filosofia concretizada na gestão é de manter o plano de pagamento da dívida e usar toda a disponibilidade financeira restante, para fazer obras, para fazer ação social, para cooperar com as Juntas de Freguesia, para investir nas Associações privadas sem fins lucrativos. Tudo isto. Essa é a nossa opção. O nosso município teve um problema grave, o nosso município abrandou imenso o seu ritmo de crescimento e de desenvolvimento, tem problemas estruturais dramáticos no parque escolar. Tinha uma rede viária lunar há seis anos e meio atrás, e nós entendemos que aí está as prioridades das prioridades.

Vocês veem algum município a investir em escolas do pré-escolar e 1º ciclo, aos dois milhões de investimento por cada escola? Raríssimo. Nós vemos nas notícias e vamos acompanhando e é muito raro. Mas nós temos ainda um monte pela frente, mas já temos algumas para trás. Mas temos pela frente, porque não o fizemos e os outros fizeram.

E esta é a nossa opção política. O partido Socialista tem outra, enfim, é legítimo obviamente. Mas felizmente não é aquela que nós temos e foi a nossa que foi escolhida pelos cidadãos e estamos a executá-la em perfeita sintonia com o compromisso que assumimos com os nossos cidadãos eleitores.

A questão da perspectiva da redução da Receita. Eu queria chamar a atenção do Filipe e de todos. Porque a discussão já está aberta entre o Governo e a ANMP. Já está escrito no programa de estabilização social e económica que o Governo aprovou recentemente em Conselho de Ministros.

A questão é assim. Na lei de finanças locais as dotações dos fundos que financiam as Câmaras por via do Orçamento do Estado, com base numa equação financeira que a lei tem, do IVA, do IRS, e do IRC, é a referência base, sumariando a conversa, é nós recebermos os fundos com base nos impostos de dois anos antes.

Portanto em 2020 o financiamento é feito na média da coleta do Estado de 2018. Em 2021 vamos receber com base na colecta de 2019, que como sabemos todos foi record nacional de todos os tempos.

O ano que mais impostos os portugueses pagaram impostos na sua vida e na sua história foi em 2019.

E portanto o ano em que os municípios irão receber mais transferências financeiras com base na equação, se ela se mantiver, será no próximo 2021.

E já sabemos, não sabemos o número, mas já está claro que em 2022 vamos ter uma queda acentuada em virtude desta pandemia que estamos a viver porque a colecta de imposto vai ter um corte drástico.

Há já previsões várias de 8, 10, 12 de diminuição no que respeita ao PIB. Depois há uma relação quase limiar no que respeita à colecta fiscal, obviamente são previsões, mas todos temos uma certeza, vai diminuir.

O que é que o Primeiro-ministro já nos veio dizer (e já recebeu a reação da ANMP que é negativa), "vamos ter que pensar e discutir uma alteração extraordinária à lei das finanças locais de forma a que os municípios não recebam menos em 2022, mas recebam menos em 2021."

E nós dissemos ao Senhor Primeiro Ministro nem pense, porque obviamente é agora e seguramente em 2021, que as Câmaras devem ter mais capacidade financeira para ajudar a comunidade, ajudar as entidades económicas locais a vencerem este momento tão difícil. Vamos ter que trabalhar todos para que possamos ir todos para um crescimento que está previsto que aconteça em 2021, mas sabemos todos que crescimento será e eu acredito que venha a ser se não houver obviamente mais Covid, mas é obviamente um crescimento de recuperação fazendo face a esta desgraça que nos está a acontecer agora em 2020.

E, portanto, dissemos isso ao Governo. E já tínhamos um sinal negativo quando negociamos a Lei das Finanças Locais (eu como sabem pertenci à equipa de negociação) e quando o governo nos perguntou, vocês têm consciência do que estão a aceitar. Sobre a colecta de impostos, vocês têm mais dinheiro dois anos depois, desce a colecta de imposto, vocês têm menos dinheiro. E nós dissemos com clareza, com certeza que sim. E é isso que faz sentido. O que não faz sentido é sistematicamente andar a mudar as regras.

Portanto temos esta frente de trabalho já aberta, obviamente vamos ver em que é que isto dá, mas isto também é para fazer a ponte a questão que a Rita referenciou. E fazendo a transição também para dar resposta à Rita e ao Filipe que dizem, reduzir o IMI é essencial!?

Nós nesta análise que estamos a fazer e vamos fazer agora uma análise mais profunda com o fecho do 1.º semestre e com as projecções para o 2.º semestre, para tomarmos decisões sobre toda a vida da Câmara, incluindo o IMI. Vamos olhar para tudo.

Mas vamos ter cuidado com aquela questão que tem de estar sempre na nossa cabeça que é o programa de ajustamento municipal, mas também a capacidade financeira de fazer. E fazer não é apenas obra. Fazer é tudo. É Cultura, é Habitação Social, é tudo.

Nós temos de olhar para isto com rigor e com a certeza de que temos que ser parte da solução, mas uma peça importante ser parte da solução é ter capacidade financeira para fazer. É essa a nota e um dos argumentos principais neste trabalho com o Governo. Trabalho de equipa, de mesa aberta. Estamos em equipa. Estamos a trabalhar ninguém está aqui uns contra os outros. É dizer mas o país vai ficar a gerir esta recuperação bem se fragilizar de forma revelante os municípios? Resposta clara de toda a gente, não vai não. Isso vai ter uma repercussão negativa nas populações e nas economias locais.

Mas temos outras coisas. É preciso alterar o código de contratação pública. Vou dizer números sem nexos, mas por exemplo a Câmara comprou mil euros de ovos-moles para oferecer e este ano quer comprar 10 mil, não posso porque o código da contratação pública conjugado com a lei de orçamento de estado não permite. E neste exemplo posso referir-me a tudo e mais alguma coisa. E é preciso acabar com isto porque as Câmaras são um elemento importantíssimo de desenvolvimento económico comprando localmente.

Portanto eu compreendo o seu essencial, mas é importante pensar que a perda de rendimento dos cidadãos dos que estão em layoff, que obviamente não afecta toda a gente, e estamos a desenvolver trabalho para perceber no quadro dos nossos cidadãos que pagam IMI como é que estará a incidência nesse universo. Apenas 40% dos nossos cidadãos pagam IMI. Mas vamos olhar para isso à séria para perceber se esse instrumento deve ser usado ou não. E no quadro misto da capacidade da Câmara de fazer coisas para apoiar as pessoas, redistribuindo.

Porque aqueles que não pagam IMI e têm de pagar as rendas etc, além de precisar a ajuda dos nossos senhorios de que é preciso baixar rendas, têm de ter a nossa ajuda. É o princípio do Robim dos Bosques.

Nós estamos a bater o record de apoios às famílias, dada a situação que estamos a viver. Estas coisas têm de bater umas com as outras com coerência. E é este o quadro em que gerimos entre a herança que nos dá esta conta e a capacidade financeira para o fazer. Mas agora olhando para tudo isto temos de olhar com profundidade para ajudar quem precisa de ser ajudado. Há muitos cidadãos nossos que não precisam de ajuda. Temos até um grupo que aumentou o seu rendimento. Portanto cuidado com isso de, é preciso dar a todos. Não, não é preciso dar a todos. É preciso é canalizar bem para aqueles que verdadeiramente precisam. E aí nós não queremos faltar com nada. Agora esta filosofia que temos de dar a todos, vamos dizer assim, um grupo de cidadãos que não teve afectação por este problema, Nós estamos a estudar tudo nesta dupla visão de ajudar quem precisa e de manter a capacidade da Câmara de desenvolver e apoiar o desenvolvimento da economia local, e não estar a ajudar quem não precisa de ser ajudado.

Do balanço social dar nota ao Filipe que ele tem toda a razão e estamos muito sensíveis a isso. Neste momento está mesmo a acabar o processo a entrada na Câmara de 10 polícias municipais novos, duas juristas, e entraram no passado dia 1 de junho 7 estagiários no âmbito do PEPAL. E não entraram mais porque não tivemos concorrentes. Já lançamos mais um PEPAL para ver se conseguimos mais pessoas. O PEPAL é gente formada a sair dos cursos e a entrar para o mercado de trabalho. E dentro de pouco tempo estará na Câmara e na Assembleia Municipal uma proposta de um grande concurso de contratação de pessoal para recapacitação da Câmara a onde precisa de ser capacitada. Não é por causa do Covis mas obviamente tornou-se mais importante no quadro que atravessamos em que o desemprego está a crescer e vai continuar a crescer. Olhem se calhar com muito mais concorrentes do que se não estivéssemos a viver esta situação. Portanto dentro de pouco tempo tem de vir à Assembleia Municipal porque no quadro de sermos município FAM estas matérias têm de vir à Assembleia. Vai ser uma grande oferta de emprego de várias tipologias para lançar a contratação aberta.

Rita Batista não é verdade que a nossa política tenha assentado 2019 e 2020 na política de turismo e especulação imobiliária. Não é verdade. Hoje há muitos críticos do turismo porque os turistas fazem muito barulho e são demais em certas zonas da cidade, quer em Aveiro, no Porto, etc.

O Turismo não é perigo nenhum. Queremos voltar a ser importantes como eramos até fevereiro. O Turismo é muito importante. E temos uma vantagem em Aveiro. Há municípios até mesmo no Algarve que não têm esta vantagem. A nossa estrutura económica aqui não assenta no Turismo. Não assenta mesmo. A nossa estrutura económica assenta noutros sectores da actividade económica. Na área dos serviços, na área da indústria. De facto a nosso Turismo é importante, mas não é assim tão importante no quadro que é a dimensão económica do município.

Agora nós estávamos felizes com o que vínhamos fazendo. Hotéis, alojamento local, parque de estacionamento do Rossio, que agora algumas pessoas começam a perceber melhor porque já não há turistas à espera para almoçar e para jantar e é preciso arranjar

condições atractivas para virem. E nisto o Covid veio trazer ventos novos, positivos e favoráveis. Mas a lógica de um município como nosso e de um país como Portugal tem de jogar sempre o jogo do turismo. Mas o turismo é como tudo na vida, nem sempre é a subir. Às vezes nós é que nos iludimos. A vida não é sempre a subir. Há sectores das actividades económicas que por vezes tem crises profundas e graves. Nós temos uma vantagem no município e na Região de Aveiro. Ela é muito diversa e como ela é muito diversa quando há uma crise sectorialmente o todo aguenta melhor do que em áreas de território, que temos em Portugal, em que há uma actividade económica que tem um peso muito forte. E quando apanha com uma crise obviamente que é mais profundo. Vejam lá o impacto que existirá na península de setúbal se a AutoEuropa fechar a porta? Para além da importância que ela tem para o PIB nacional. Pode acontecer? Esperamos todos que não e que o sector automóvel resolva bem a crise em que está metido. A Renault já despediu 4 mil pessoas no mundo. Nenhuma tocou a Aveiro felizmente. Mas se o mercado não retomar com alguma rapidez a Renault vai ter de despedir mais 4 mil. E vai continuar a proteger a nossa fábrica de Aveiro, pois é provável que o não consiga.

O sector da aviação em Aveiro não tem importância, mas tem importância em Lisboa, e tem importância no Porto, tem importância em Faro. E tem em Évora. Évora tem um cluster importantíssimo na aviação e agora tem um problema sério. Fez mal Évora? Fez bem. Mas agora tem um problema porque aquele sector tem uma crise muito complicada de se resolver.

Quando ouvimos que a nossa TAP precisa de 1.200 milhões de euros, quando ouvimos que a Lufthansa vai despedir 22 mil pessoas, quando ouvimos o CEO da Emirates que tem 200 aviões A380 a dizer que nunca mais voa com um A380 porque não tem passageiros, isto é de arrepiar muito. Aveiro não tem nenhuma dependência desse sector.

Mas pronto são as dinâmicas económicas com os seus momentos bons e com os seus momentos maus. E nós não estamos a viver o último mau nem vivemos até fevereiro o último bom. Não a nossa vida vai ter mais bons e mais maus. Nunca nos passou pela cabeça que o motivo fosse um Covid. Mas a vida é assim. Mas alguns pensam que isto é uma formatação teórica e ideologicamente programada e que isto vai sempre para a frente. Nunca foi e nunca será garantidamente.

Cozinhas nas escolas não, Rita. Hoje não há pessoas que queiram trabalhar em cozinhas nas escolas. A última que temos é da Homem Cristo e que vai fechar. Porque as pessoas daquela equipa estão a reformar-se. O Estado não quer contratar pessoas naquela tipologia e se lançarmos concurso não há quem queira trabalhar. E portanto todas as nossas escolas novas têm estruturas de apoio de cozinha, todas. Mas não têm estrutura de produção de refeições. E portanto vamos abrir amanhã em reunião de Câmara um concurso de refeições para fornecer a todas as nossas crianças e jovens do pré-escolar ao ensino secundário, no quadro da descentralização que vamos passar a assumir no próximo mês de setembro. Assim como os transportes escolares que todos passarão a beneficiar dos transportes escolares geridos pela Câmara do primeiro ciclo até ao ensino secundário.

Quero ainda deixar um agradecimento ao Jorge Greno, ao Filipe Tomaz, ao Manuel Prior, por todo o apoio que as bancadas da maioria nos têm dado no nosso trabalho e obviamente mais do que aqui no trabalho das nossas reuniões e nos ajudar a fazer bem.

É no fundo uma equipa que queremos todos cumprir os compromissos com os nossos cidadãos. E, portanto, quero deixar a todos essa palavra de agradecimento e de reconhecimento por todo o apoio, por todo o trabalho, que também reconhecido pelo ROC, como o Jorge quis evidenciar. E é tão interessante ler os relatórios dos ROC. Está tudo resolvido na nossa conta? Não. Está 95% dos problemas na Conta de 2013 e 2014? Sim. Uma das coisas foi aquela que o Jorge referenciou. Eu quero acreditar que tudo irá ficar

resolvido este ano. Ok. É delicado bem sei, porque a nossa gestão patrimonial da nossa Câmara era um trinta e um.

E tem sido muito demorado como se vê a resolver. Temos vindo a resolver. Mas ainda há trabalho par fazer. Oxalá que nós conseguíssemos essa referência que eu dei aqui, mas não é fácil porque há de facto processos que são muito complicados de cumprir o registo como deve ser, para que esta reserva colocada pelos ROC, que já não é relativamente à gestão financeira da Câmara, mas obviamente nós não queremos reserva nenhuma nas Contas e queremos que essa também venha a sair.

O Francisco Picado tem esperança na boa notícia de que o saldo seja menor no fim deste ano do que foi no fim de 2019!?

Olhe registo a sua boa esperança. Partilho dela e trabalho para ela. Ok. E fico muito contente que o seu discurso tão positivo independente do voto que depois tem outras finalidades democraticamente compreensíveis, exulto de alegria por a temática ser o Saldo. Porque até há poucos anos a temática do discurso dos autarcas do partido socialista era a dívida. Que grande diferença. Que excelente gestão temos feito. E não vale a pena estar aqui a apontar dedos novamente porque o problema de apontar os dedos é quando não temos a humildade de apontar para nós próprios. E a vida de hoje do nosso município é a que interessa. A história está escrita e todos a sabemos. Eu sei que andam ai uns rapazes a querer reescrever a história, demolir estátuas e não sei o quê. Não vale a pena. Nós temos história com as suas asneiras, com s suas coisas boas, a história é história.

E a única coisa que temos de fazer naquilo que ela tem de mau é fazer melhor em cada dia que o futuro nos vai trazer. Estar a dizer mal do A ou do B não tem sentido praticamente nenhum para a vida dos vivos nem dos que vão nascer.

Vale a pena é olharmos para o passado, é sempre muito importante olhar para o passado, e pegar nas boas lições e procurar trazê-las para a nossa vida para fazermos bem. E olharmos para as asneiras que obviamente o passado também tem e procurarmos não as repetir.

Portanto Saúde e agradeço muito ao Francisco Picado essa sua nota final sobre o Saldo. E também por este nosso debate que já pelo 3.º ano consecutivo fala de Saldo positivo e não fala de dívida. Temos a nossa Câmara consolidada nessa recuperação. E com uma certeza absoluta que todos temos, que no fim deste mandato, que é o compromisso que temos político, de que vamos entregar uma Câmara sem dívidas para que os próximos autarcas tenham um bom ponto de partida para propiciar a quem nos vai suceder, nós próprios ou outros, mais um grande mandato em que a lógica é fazer, trabalhar com os cidadãos, ter Saldo, ter as contas em dia com todos os fornecedores, e não voltarmos mais àquela história que nos perturbou tanto e o tempo que levou, horas e horas de discussão, qual é o valor, qual é o valor da dívida, como é que isto se resolve, de quem foi a culpa, quem é que não a conseguiu resolver. Olhe já não discutimos essas coisas, que bom.

Agora com uma garantia absoluta. A nós autarcas em exercício e aos nossos cidadãos que são quem manda em nós. Assim será quando terminarmos este mandato. E isso é muito bom para a relação que temos uns com os outros, para a relação que temos com os nossos cidadãos e obviamente para a passagem de testemunho na transição do actual mandato para o próximo.

Repito, sejamos nós mesmos os protagonistas ou outros quaisquer que nos venham a suceder. Damos essa garantia absoluta que é assim que estará a nossa Conta da Câmara. Boa, sólida, forte, no final de 2021. Muito obrigado."

Não havendo mais intervenções, a Presidente da Mesa colocou⁰⁴⁵ à votação o Ponto 2 – Apreciação e votação do Relatório de Gestão, Prestação de Contas, Balanço Social e Inventário de Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais e respetiva avaliação, de 2019, da Câmara Municipal de Aveiro, sendo o mesmo aprovado por maioria, com vinte e três votos a favor (PSD15+CDS6+PS2), zero abstenções, e onze votos contra (PS8+BE2+PCP1).

Não houve declarações de voto.

Não havendo mais intervenções, nos termos do número 3 e 4, do artigo 57.º, do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 setembro, a Presidente da Mesa em exercício, colocou à deliberação do plenário a aprovação em minuta da ata respeitante a esta reunião da sessão, não se verificando oposição.

Depois de lida, a acta em minuta foi colocada à discussão⁰⁴⁶ não se verificando intervenções.

Submetida à votação, foi aprovada por unanimidade, cujo texto se anexa, fazendo parte integrante da presente acta.

De seguida o Presidente da Mesa deu por encerrada a Sessão Ordinária de Abril de 2020.

Eram 23:30 horas do dia 17 de Junho de 2020.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião da sessão, nos termos do disposto no artigo 45.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, responsável da subunidade da estrutura orgânica de Apoio ao Presidente e à Assembleia Municipal, que a elaborei nos termos legais.

(3:00)